

**CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO  
TECNOLÓGICA “PAULA SOUZA” ETEC  
ITAQUERA II**

**ISADORA DE OLIVEIRA SANTOS  
JULIA DA SILVA SANTOS  
LUCAS MEIRELES DE OLIVEIRA AVANCI  
MARIA LUISA FIGUEIREDO ROMÃO**

**REQUALIFICAÇÃO DAS PERIFERIAS  
CASAS GEMINADAS**

**SÃO PAULO 2022**

**CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO  
TECNOLÓGICA “PAULA SOUZA” ETEC  
ITAQUERA II**

**REQUALIFICAÇÃO DAS PERIFERIAS  
CASAS GEMINADAS**

**Alunos: Isadora de Oliveira Santos, Julia da Silva Santos, Lucas  
Meireles de Oliveira Avanci, Maria Luisa Figueiredo Romão**

**Orientador: Aparecida Tomioka**

Projeto de Pesquisa apresentado à  
disciplina de Planejamento do Trabalho  
de Conclusão de Curso (TCC) em  
Desenho de Construção Civil, como  
requisito parcial para elaboração da  
monografia

**SÃO PAULO, 2022**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todos os professores da ETEC que nos acompanharam durante o curso e a oportunidade que tivemos de extrair o máximo de sua sabedoria, e pela professora Aparecida Tomioka que nos ajudou duranteo desenvolvimento deste trabalho. Aos nossos pais que estiveram presentes a todo tempo, sem eles nada seria possível. Aos nossos colegas de sala e curso onde todos se ajudavam nos momentos difíceis.

*“Só é digno da liberdade,  
como da vida, aquele  
que se empenha em  
conquistá-la”*

*Johann Goethe*

## **RESUMO**

Por muitos anos, são excluídos da sociedade por morarem em lugares considerados por muitos perigoso e fora da normalidade para se viver com uma família, nos últimos três anos percebemos com outros olhos o abandono que as famílias periféricas sofrem. Temos como objetivo trazer uma condição de vida melhor os proporcionando uma moradia digna

## Sumário

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>2. FUNDAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>9</b>
<b>2.1 PERIFERIAS.....</b>	<b>9</b>
<b>2.1.2 NÚMERO DE PERIFERIAS.....</b>	<b>11</b>
<b>2.1.3 PERIFERIAS NO BRASIL.....</b>	<b>1</b>
<b>2.2 DIREITO A CIDADE.....</b>	<b>13</b>
<b>2.3 DESIGUALDADE EM TEMPOS DE CRISE.....</b>	<b>13</b>
<b>2.4 PROGRAMAS HABITACIONAIS.....</b>	<b>14</b>
<b>2.4.1 HABITAÇÃO SOCIAL NO BRASIL.....</b>	<b>14</b>
<b>2.4.2 COHAB.....</b>	<b>15</b>
<b>2.4.3 MINHA CASA MINHA VIDA.....</b>	<b>16</b>
<b>2.4.4 PROGRAMA CDHU.....</b>	<b>17</b>
<b>3. CASAS GEMINADAS.....</b>	<b>17</b>
<b>3.1 COMO SURTIU.....</b>	<b>18</b>
<b>3.2 O QUE É.....</b>	<b>18</b>
<b>3.3 DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA.....</b>	<b>19</b>
<b>4. PESQUISA DE CAMPO E INFOGRÁFICOS.....</b>	<b>20</b>
<b>5. ENTREVISTA COM PROFISSIONAIS DA ÁREA.....</b>	<b>22</b>
<b>6. DESENVOLVIMENTO DO PROJETO.....</b>	<b>24</b>
<b>6.1 RELATÓRIO DE VISITA PRÉVIA.....</b>	<b>24</b>
<b>6.2 PROGRAMA DE NECESSIDADES.....</b>	<b>25</b>

<b>6.3 ORGANOGRAMA E FLUXOGRAMA.....</b>	<b>25</b>
<b>6.4 PROJETO.....</b>	<b>27</b>
<b>7 CONCLUSÃO.....</b>	<b>40</b>
<b>8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>41</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Comprar um imóvel ainda é um sonho distante para mais de 60% dos brasileiros e segundo pesquisas, mesmo com as facilidades e incentivos que os bancos proporcionam continua sendo um produto caro e inacessível para as famílias com renda menor ao padrão imposto pelo mercado, durante a pandemia notamos que muitas moradias não possuem uma boa ventilação, grande concentração de pessoas com poucos cômodos ou cômodos improvisados.

Sendo assim, neste TCC viemos trazer uma proposta de Casas Geminadas com valores mais acessíveis ao público de baixa renda. Dado que, está focado na melhoria de vida destas pessoas decidimos mostrar um grave problema na sociedade que é a desigualdade social, onde temos direito a uma moradia digna e isso não ocorre, muitos brasileiros tem um sonho de adquirir seu próprio imóvel e a casa geminada consegue trazer um ótimo custo benefício.

Para o desenvolvimento do nosso trabalho, vamos utilizar como fundamento grandes nomes da arquitetura, e junto com a legislação e diretrizes da cidade de São Paulo, buscaremos a documentação necessária para o tipo de edificação a ser construída, realizaremos um estudo de caso, e pesquisas para melhor aprofundamento em nosso projeto.



## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 PERIFERIAS**

O termo periferia também é conhecido por diversos nomes como favelas e subúrbios, invasões, comunidades, vilas e é utilizado para designar loteamentos clandestinos, áreas com população de baixa renda. De acordo como uma definição do Instituto do (IBGE), favela é um aglomerado subnormal sendo um conjunto de domicílios com no mínimo 51 unidades que ocupa, de maneira desordenada e densa, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e que não possui acesso a serviços públicos essenciais.

É uma consequência direta do déficit habitacional e desigualdade social, as periferias foram construídas de uma forma que dificulta o acesso do saneamento básico e melhorias nestes locais, sendo assim falta uma boa assistência das autoridades. A periferia surge quando os moradores com menor valor aquisitivo, ou seja, os públicos de baixa renda procuram moradias para alugar ou até mesmo comprar, sendo assim as regiões mais precárias costumam ser mais acessíveis a este público em específico. São áreas que faltam saneamento básico, água, luz, infra estrutura sem um estudo de profissionais.

A sociedade é dividida em seis classes segundo Pastore e Haller (1993) e são apresentadas em forma decrescente de rendimentos. A primeira é a classe média alta, que reúne pessoas de alto poder econômico e importante influência política, como exemplo pode se citar fazendeiros com muitas posses e altos executivos. A segunda é a classe média superior, onde a maioria das ocupações são não manuais qualificados ou proprietários de médio porte, como, por exemplo, administradores de grandes empresas e professores universitários.

A terceira é a classe média, que se concentra em ocupações não manuais qualificadas como pequenos comerciantes e caixas de banco, a partir desta o poder de influência começa a se tornar limitado. A quarta é a classe média baixa, a maioria das ocupações são manuais qualificados, como pedreiros e costureiras, a partir dessa classe há baixos níveis educacionais. A quinta é a classe baixa superior, com ocupações manuais não qualificadas, como entregadores e empregadas domésticas.

A sexta e última é a classe baixa inferior, a mão-de-obra é rural não qualificada, como pescadores e garimpeiros. Essas classes recebem um status em virtude dos lugares que frequentam, dos produtos que consomem ou ainda a maneira como se comportam. Ela será analisada com base em oito esferas: consumo, moradia, educação, emprego, transporte, família, discriminação e lazer.

Partindo do consumo é possível ressaltar que o poder de compra das famílias que moram na periferia é limitado. Em relação a bens não-duráveis, como roupas e alimentos, seus integrantes consomem produtos de baixa qualidade, enquanto bens duráveis, como eletrodomésticos, móveis e outros, o acesso é bastante restrito. Se para a elite produtos como computadores, micro-ondas e DVDs são essenciais, para os moradores da periferia eles são quase que desconhecidos.

A carência de recursos financeiros também se reflete na moradia. Além de se localizarem em lugares distantes, muitas vezes há falta de água, luz, esgoto, asfalto e coleta de lixo. Sua dimensão é pequena, não agrega os moradores confortavelmente e sempre há uma reforma a ser feita. Quando termina a construção da casa dos pais começa a dos filhos muitas vezes quando se casam constroem sua moradia nos espaços vagos do terreno dos pais ou moram na mesma casa.

As rendas baixas são reflexo da pouca escolaridade de seus moradores. Os jovens, assim como seus pais o fizeram, deixam de frequentar a escola para trabalhar e aumentar a renda da família, no futuro, possivelmente, repassarão esta condição também para seus filhos em um ciclo vicioso que torna a mobilidade social inexistente por gerações, fato que podemos perceber em vários bairros por todo o Brasil.

Quando conseguem frequentar a escola pública a qualidade do ensino nem sempre é boa, pois muitas não recebem recursos suficientes do Estado, além da falta de condições dos pais em fornecer material escolar, uniforme e transporte. As escolas particulares, em muitas situações melhores que as instituições de ensino públicas, têm o acesso ainda mais restrito graças às mensalidades.

As relações familiares também acabam por refletir esse quadro de carências. Segundo Roberto C. Albuquerque (1993) as famílias pobres tendem a ser mais numerosas, muitas mulheres se tornam mães precocemente e não há campanhas de esclarecimento sobre o controle de natalidade através dos métodos anticoncepcionais. O autor continua defendendo que a renda na maioria dos casos depende dos ganhos do chefe da família, estes são geralmente os jovens que se declaram de cor negra ou parda. Mas, a maior proporção das famílias pobres é chefiada por mulheres, talvez seja reflexo do grande número de mães solteiras e maridos que abandonaram o lar.

A periferia vem crescendo mais do que as cidades. Além da alta taxa de natalidade, ela atrai muitos imigrantes, seja de outros bairros ou municípios, graças ao baixo custo de vida. Quando há um aumento da densidade populacional as reivindicações ganham maior força e a prefeitura leva para esta região, ao longo de vários anos, infraestrutura. As condições precárias do início da

ocupação diminuem e muitas transformações ocorrem, influenciando a valorização dos imóveis, mas isso faz com que surjam outras regiões periféricas, ainda mais distantes que a primeira, pois, alguns moradores não conseguem arcar com os custos do imposto, esgoto e outras despesas que acompanham o processo de reformas e, ainda, outros acabam vendendo sua moradia para adquirirem um imóvel de menor valor e poder investir o que resta em outros bens, como automóveis, móveis, eletrodomésticos ou construir uma casa maior ou melhor do que a anterior. Isso faz com que enquanto na cidade uma minoria aumenta sua qualidade de vida, a grande maioria pouco melhora, quando não piora de condições.

### **2.1.2 NÚMERO DE PERIFERIAS**

Quando conseguem frequentar a escola pública a qualidade do ensino nem sempre é boa, pois muitas não recebem recursos suficientes do Estado, além da falta de condições dos pais em fornecer material escolar, uniforme e transporte. As escolas particulares, em muitas situações melhores que as instituições de ensino públicas, têm o acesso ainda mais restrito graças às mensalidades.

O número de periferias no Brasil dobrou nos últimos dez anos, de acordo com dados do IBGE. Entre 2010 e 2019, a quantidade de aglomerados subnormais, como favelas e palafitas, foi de 6.329 em 323 municípios para 13.151 em 743 cidades. Essas moradias são caracterizadas por um padrão urbanístico irregular e pela falta de saneamento básico. Apesar de o programa Minha Casa, Minha Vida ter construído cerca de cinco milhões de moradias entre 2009 e 2018, a favelização brasileira ganhou força com a pandemia e o aumento do desemprego.

A pesquisa também observa um crescimento acentuado na insegurança alimentar no país: quase 20 milhões de brasileiros declaram passar 24 horas ou mais sem ter o que comer e outros 64 milhões vivem inseguros sobre a possibilidade de passar por isso. A pobreza extrema no Brasil atinge hoje 27,4 milhões de pessoas, com piora em todos os anos desde 2014. O último reajuste no valor médio dos benefícios do programa Bolsa Família ocorreu em julho de 2018, quando o valor da cesta básica em São Paulo equivalia a 71% do salário-mínimo. No fim do último mês de agosto, tal equivalência chegou a 98%. Enquanto os produtos da cesta subiram 52% no período, o salário-mínimo aumentou apenas 10,2%.

### **2.1.3 PERIFERIAS NO BRASIL**

Cerca de 17,1 milhões de pessoas vivem nas favelas brasileiras. Um grupo que, se somado, seria

responsável pelo quarto estado mais populoso do país, atrás apenas de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro e representa 8% da população nacional. Os dados são resultado de uma pesquisa do Instituto Locomotiva, em parceria com o Data Favela e a Centra Única das Favelas (Cufa), e ilustram a realidade de uma população que, nesta quinta-feira (4), celebra o Dia da Favela.

A data foi escolhida porque, neste dia, em 1900, o termo favela apareceu em um documento oficial, no Rio de Janeiro. Acredita-se, contudo, que ele tenha sido criado no fim do século XIX, onde havia o Morro da Favela, cenário da Guerra de Canudos. A pesquisa aponta que a favela brasileira é uma condição urbana: 89% desta população está situada em Regiões Metropolitanas. Segundo a pesquisa, nelas, a população negra representa 67%, um patamar bem acima da média nacional, de 55%.

Pós-doutor em História Comparada, pela UFRJ, e conselheiro do Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (Ceap), o babalaô Ivanir dos Santos destaca que a data é importante como instrumento de busca de visibilidade, e ressalta o contexto histórico no qual a expressão surgiu, que aponta como discriminatório. “O termo aparece pela primeira vez já na República, quando o chefe de polícia da capital (Rio de Janeiro) emite uma ordem de prisão. A Polícia Militar do Rio surgiu um ano antes, em 1899. Um período que marca a instauração do código criminal. É um dia de consciência, tão importante quanto o Dia da Consciência Negra que, aliás, acontece no mesmo mês. E novembro é ainda o mês da República. Tudo isto dá bastante o que pensar”, afirma.

Presidente da Cufa, Preto Zezé destaca outro dado do levantamento: os moradores de favela movimentam R \$119,8 bilhões em renda própria por ano. O valor supera a massa de renda de 20 das 27 unidades da federação e é maior que o consumo de vizinhos sul-americanos, como Bolívia, Uruguai e Paraguai. A entidade se organiza para fazer com que a data seja oficializada pelo governo federal.

Segundo o último Censo, o Rio de Janeiro é a cidade com mais pessoas vivendo em comunidades deste tipo: 1,39 milhão de pessoas, seguido por São Paulo, com 1,28 milhão. A capital fluminense abriga ainda a favela mais populosa do Brasil: a Rocinha, na Zona Sul. De acordo com o Censo, a comunidade abriga pelo menos 70 mil habitantes e é mais populosa que 90% dos municípios brasileiros, de acordo com o IBGE.

No entanto, embora esse seja um tema mais associado à rotina das grandes cidades, a maior concentração de moradores em comunidades está no Nordeste e, principalmente, no Norte do

país. Em Belém, mais 54,48% da população vive em habitações deste perfil, a maior proporção entre as capitais. No Rio, a concentração é de 22,16%.

## **2.2 DIREITO A CIDADE**

A expressão “direito à cidade” foi originalmente cunhada pelo filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre em 1968, ano que ficou marcado pelo potente movimento iniciado pelas juventudes engajadas na luta por direitos civis, liberação sexual, oposição ao conservadorismo, crítica à guerra no Vietnã, entre outras. Lefebvre estava sensível às vozes e aos movimentos que irrompiam nas ruas, percebendo que as cidades haviam se convertido no locus de reprodução das relações capitalistas, mas também onde a resistência poderia constituir formas de superação criativa desse modelo.

Todos nós construímos a cidade pouco a pouco no nosso cotidiano: pegando o ônibus para ir trabalhar, construindo nossa casa, elegendo prefeitos e vereadores, participando das mobilizações em nossa vizinhança se produzimos coletivamente a cidade, temos também o direito de habitar, usar, ocupar, produzir, governar e desfrutar das cidades de forma igualitária.

O Direito à Cidade é um direito humano e coletivo, que diz respeito tanto a quem nela vive hoje quanto às futuras gerações. É um compromisso ético e político de defesa de um bem comum essencial a uma vida plena e digna em oposição à mercantilização dos territórios, da natureza e das pessoas.

## **2.3 DESIGUALDADE EM TEMPOS DE CRISE**

Levantamento de 2018 da ONU (Organização das Nações Unidas) mostra que 33 milhões de pessoas não têm onde morar no Brasil e 8 milhões residem em locais inapropriados ou com riscos de desastres naturais, como morros. Trata-se de uma realidade histórica, com raízes profundas e imbricadas, e que contribui para travar o desenvolvimento de uma nação calcada na desigualdade.

Com as sucessivas crises econômicas atravessadas nos últimos anos, sobretudo com a pandemia do novo coronavírus, tivemos um agravamento significativo desse cenário: houve queda na renda, desemprego em massa, inflação de produtos e serviços básicos e o recrudescimento do fantasma da fome e da miséria. Com isso, reforça-se o dever e a importância do Estado, tanto para agir de forma emergencial, quanto para reelaborar políticas públicas a longo prazo, possibilitando o acesso dos menos favorecidos a condições mínimas de vida.

## **2.4 PROGRAMAS HABITACIONAIS**

A habitação social refere-se à moradia destinada à população de baixa renda, a qual não consegue ter acesso a residência através dos meios que o mercado imobiliário disponibiliza. As recentes políticas públicas para habitação de interesse social, no Brasil, têm criado uma paisagem de novos condomínios e loteamentos nas periferias das cidades brasileiras. A morfologia urbana das periferias se reconstrói, ao espaço informal somam-se conjuntos padrão de unidades habitacionais repetitivas.

A forma urbana produzida intencionalmente afasta o singular e o inesperado da autoconstrução, pretendendo padronizar e atender demandas reprimidas numa questionável e massiva reprodução de guetos de moradias, mas não de pertencimento às cidades. Verifica-se, desta forma e de acordo com Maricato (2011) que apesar das críticas ao processo da construção das habitações de interesse social implementadas no país, no final do século XX, as dimensões, a uniformidade e o distanciamento das facilidades urbanas têm se repetido. Neste contexto, à periferia das cidades é agregada uma massa edificada de habitações unifamiliares ou multifamiliares uniformes e monótonas instaladas em grandes áreas monofuncionais.

- a) A trajetória do SFH e do BNH, segundo MOTTA (2013, pág.05), pode ser dividida em três fases: de 1964 a 1969: implantação e expansão do BNH e das COHABS (Companhia de Habitação Popular);
- b) de 1970 a 1974: Face a perda do poder aquisitivo do salário-mínimo, fator este que tornou muitos mutuários inadimplentes, houve perda do dinamismo das COHABS criando conseqüentemente crise econômica no SFH, que aumentou os juros do financiamento e conseqüentemente diminuiu a aquisição imobiliária pela classe de baixa renda, devolvendo esta massa da população para as favelas, cortiços e moradias alternativas;
- c) De 1975 a 1980: As COHABS se reestruturaram e aumentaram o número de moradias produzidas, mas continuaram tendo como principal consumidora, destes imóveis, a população de classe média.

### **2.4.1 HABITAÇÃO SOCIAL NO BRASIL**

Os problemas habitacionais no Brasil tiveram início em meados de 1880, quando começaram o desenvolvimento das atividades urbanas associadas ao complexo cafeeiro. Tal atividade gerou

enorme expansão do mercado de trabalho, resultando em uma aglomeração de trabalhadores mal alojados. As habitações precárias destes trabalhadores constituíam grave ameaça à saúde pública, sendo consideradas, pelas autoridades, um problema (CANO, 1977)

Segundo Bonduki (1998), a questão sanitária passou para segundo plano durante a ditadura Vargas (1930-1945), quando as moradias populares passaram a ser de responsabilidade do estado. As medidas adotadas pelo governo foram a criação dos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs) e a interferência no mercado de locação, congelando os aluguéis por meio da Lei do Inquilinato.

No entanto, nenhum deles foi efetivo. Após estas medidas, foi criado o primeiro órgão federal brasileiro a centralizar investimentos voltados à produção habitacional, durante o governo de Gaspar Dutra (1946), a Fundação da Casa Popular (FCP). Porém mais uma vez sem sucesso, por não contemplar as classes populares (BONDUKI, 2011). Diante do golpe militar em 1964, os órgãos voltados à habitação existentes, os IAPs e a FCP, foram extintos pois não tiveram êxito em seus objetivos de resolver a crise de moradia brasileira. O governo estabelecido optou por criar uma instituição que atraísse não só o apoio das massas populares urbanas, mas que também fosse capaz de gerar uma política de financiamento permanente, fundando o Banco Nacional da Habitação (BNH) (LIMA E ZANIRATO, 2014).

### **2.4.2 COHAB**

Fundada em 1965, por meio da Lei nº 6.738, de 16 de novembro, a COHAB-SP teve como missão inicial atender ao aumento de demanda por moradia na metrópole que atraía, desde a década de 1950, trabalhadores vindos de diferentes regiões do Brasil por conta do emprego e das oportunidades gerados pela industrialização. Até os anos de 1999, a empresa de natureza mista construiu 55 conjuntos habitacionais. A COHAB-SP, desde 1970, já era uma das mais produtivas companhias de moradia popular no Brasil e esses empreendimentos somaram 130.574 unidades habitacionais, para uma população estimada em 650 mil habitantes. “A atuação da COHAB se transformou ao longo do tempo, mas sua essência permaneceu. Trata-se de uma empresa inserida no contexto socioeconômico de cada época, daí a sua importância, sobretudo por ser a habitação uma área prioritária dentre as políticas públicas”, afirma o presidente da COHAB-SP, Edson Aparecido.

Há 52 anos, a COHAB promove soluções de habitação popular na região metropolitana de São Paulo por meio dos programas habitacionais, construindo novas moradias populares, por meio de aquisição e comercialização de terrenos e glebas. Além disso, faz a gestão de programas com a

Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB - como o de Locação Social reconhecido, em agosto último, pela Associação Brasileira de Cohabs e Agentes Públicos de Habitação com o selo de Mérito entregue ao empreendimento destinado a pessoas carentes a partir de 60 anos, a Vila dos Idosos.

### **2.4.3 MINHA CASA MINHA VIDA**

Com o fim do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e a extinção do BNH, a política habitacional brasileira se encontrava com um vazio. O então eleito presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tinha como uma de suas principais propostas a priorização das classes populares, por meio de ações políticas, financeiras e institucionais.

Antes mesmo das eleições, Lula já havia, junto ao Instituto de Cidadania, formulado o Projeto Moradia. O Projeto Moradia apresentava soluções para o problema de déficit habitacional no Brasil, a partir do conceito de “moradia digna”, que segundo Bonduki (2009), tinha como pressuposto de que a questão da moradia não se resolve sem uma profunda reforma nas bases fundiárias. Neste sentido, o projeto inspirou a criação do Ministério das Cidades, do Conselho Nacional das Cidades, de programas habitacionais e de saneamento básico.

Em 2004, foi aprovada a Política Nacional de Habitação (PNH), resultado da estruturação do Conselho Nacional das Cidades. A PNH reconheceu a função social da propriedade e a habitação como atribuições do Estado e direito básico do cidadão (BONDUKI E ROSSETTO, 2008). Em sequência, formulou-se também o Plano Nacional de Habitação (BRASIL, 2009). O Plano Nacional de Habitação tinha por objetivo retomar o planejamento no setor habitacional, por meio de estratégias de longo prazo que buscavam enfrentar as necessidades habitacionais do país, visando universalizar o acesso à moradia digna (BRASIL, 2009).

Porém, a crise econômica e a disposição do governo em dinamizar a construção civil atropelaram a construção do Plano de Habitação (PlanHab), anunciando o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) (BONDUKI, 2009). O Programa foi amplamente divulgado através de uma publicação da Caixa Econômica Federal, que dividiu os empreendimentos em duas tipologias, casas térreas e prédios. Para que os projetos fossem aprovados, estes deveriam atender a especificações mínimas, que foram apresentadas acompanhado de exemplos de plantas de cada uma das categorias. Estes exemplos serviram fortemente de inspiração para toda a produção do PMCMV (BURGUIÈRE, et al, 2016).



## **2.4.4 PROGRAMA CDHU**

O CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo foi criado no ano de 1949, pelo governo do estado de São Paulo, desde sua criação esse programa teve vários nomes como, por exemplo, CECAP, CODESPAULO é a sua última mudança de nome se deu em 1989 onde até hoje é conhecida por CDHU. Esse programa é uma empresa do estado de São Paulo junto com a Secretaria da Habitação.

O governo do estado de São Paulo criou o CDHU como objetivo atacar vários problemas mais recorrentes dos municípios que São Paulo, que são:

- Moradia em área de risco;
- Recuperação de comunidades e cortiços;
- Proteção ambiental (fauna e flora);
- Habitação sustentável no litoral paulista;
- Regularização fundiária e aos planos habitacionais locais;
- Incentivo de moradias em locais de interesse social;

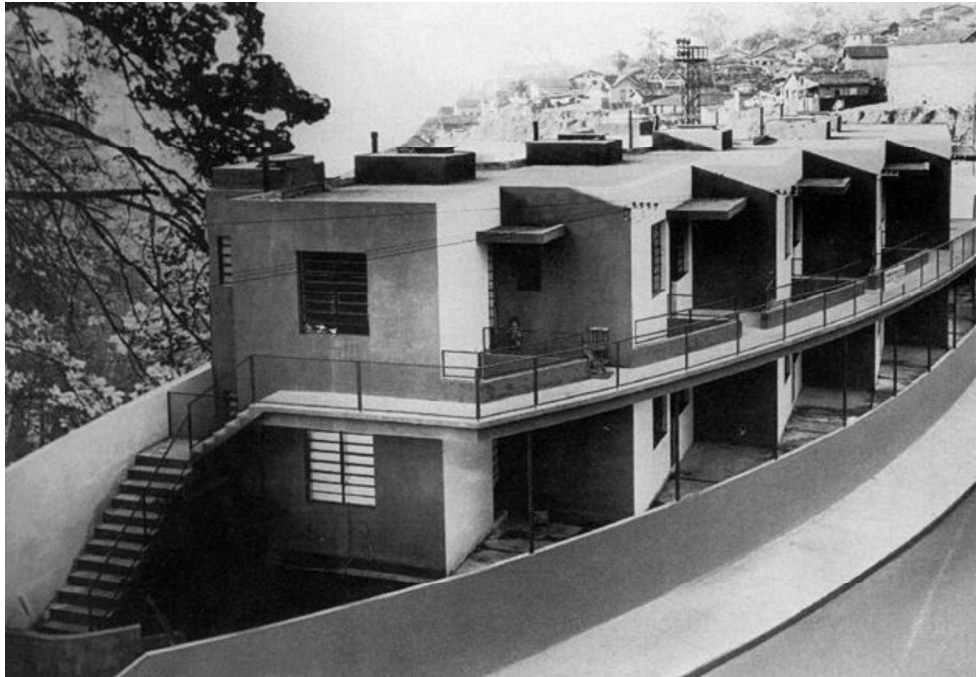
O programa CDHU foi desenvolvido para atender a população mais carente da região metropolitana e interior de São Paulo, além de construir moradias como edifícios e casas a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São também revitalizar e urbanizar comunidades carentes, rios, praças e ruas tudo para que esse conjunto de obras seja inserido na arquitetura da cidade de São Paulo.

## **3. CASAS GEMINADAS**

São construções de duas ou mais casas nas quais compartilham a mesma estrutura e instalações, dividindo-se uma ao lado da outra de forma proporcional e simétrica no lote. Geralmente possuem a mesma aparência e fachada, a divisão dos cômodos apresentam-se iguais em ambas as construções possuindo uma parede em comum na qual as separam.

### 3.1 COMO SURTIU

Os primeiros registros de construções geminadas no Brasil surgiram no ano de 1932, onde Lúcio Costa (1902 -1998) e Gregori Warchavchik (1896 - 1972) foram os arquitetos responsáveis pelo projeto nomeado Vila Operária da Gamboa, que consistia em 12 unidades geminadas para abrigar operários da região.



FONTE: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra35657/vila-operaria-da-gamboa-rio-de-janeiro>

### 3.2 O QUE É

Possuem a mesma planta arquitetônica, de forma que as casas apresentem a mesma simetria e nível como se fossem espelhadas, construídas uma ao lado da outra compartilhando a mesma parede que as separam, podendo conter mais de um andar. Esse tipo de construção se assemelha a sobrados.

#### VANTAGENS

- Melhor aproveitamento do espaço do terreno, esse tipo de construção tem ganhado força no mercado imobiliário por conter um bom número de moradias em um só terreno,

aumentando o lucro através dos aluguéis.

- Casas geminadas são consideradas aliadas da economia por compartilhar a mesma rede de esgoto, tubulações de água e rede elétrica, além de dividirem a mesma estrutura.
- O preço de mercado para casas geminadas é menor por serem construções de baixo custo, tornando possível o sonho de quem deseja ter a casa própria.

### **DESVANTAGENS**

- Barulhos e ruídos do vizinho ao lado podem incomodar o outro, se não houver isolamento acústico, tirando a privacidade dos moradores.
- Pouco espaço externo como quintal ou área de lazer é um fator a ser considerado como desvantagem, limitando os moradores ao espaço interno da casa.
- Dependendo de como for desenvolvido o projeto, a falta de iluminação e ventilação, por não poder modificar ou mexer em certas paredes que separam as casas, é um fator a prejudicar os habitantes. Isso impede a colocação de portas e janelas, podendo implicar na circulação de ar e luz na casa.
- O processo para legalizar é chamado de incorporação de imóveis, em que, registrasse todas as casas construídas ou a construir no mesmo terreno, que deverão obrigatoriamente estar cobertos por um projeto assinado por um engenheiro civil.

### **3.3 DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA**

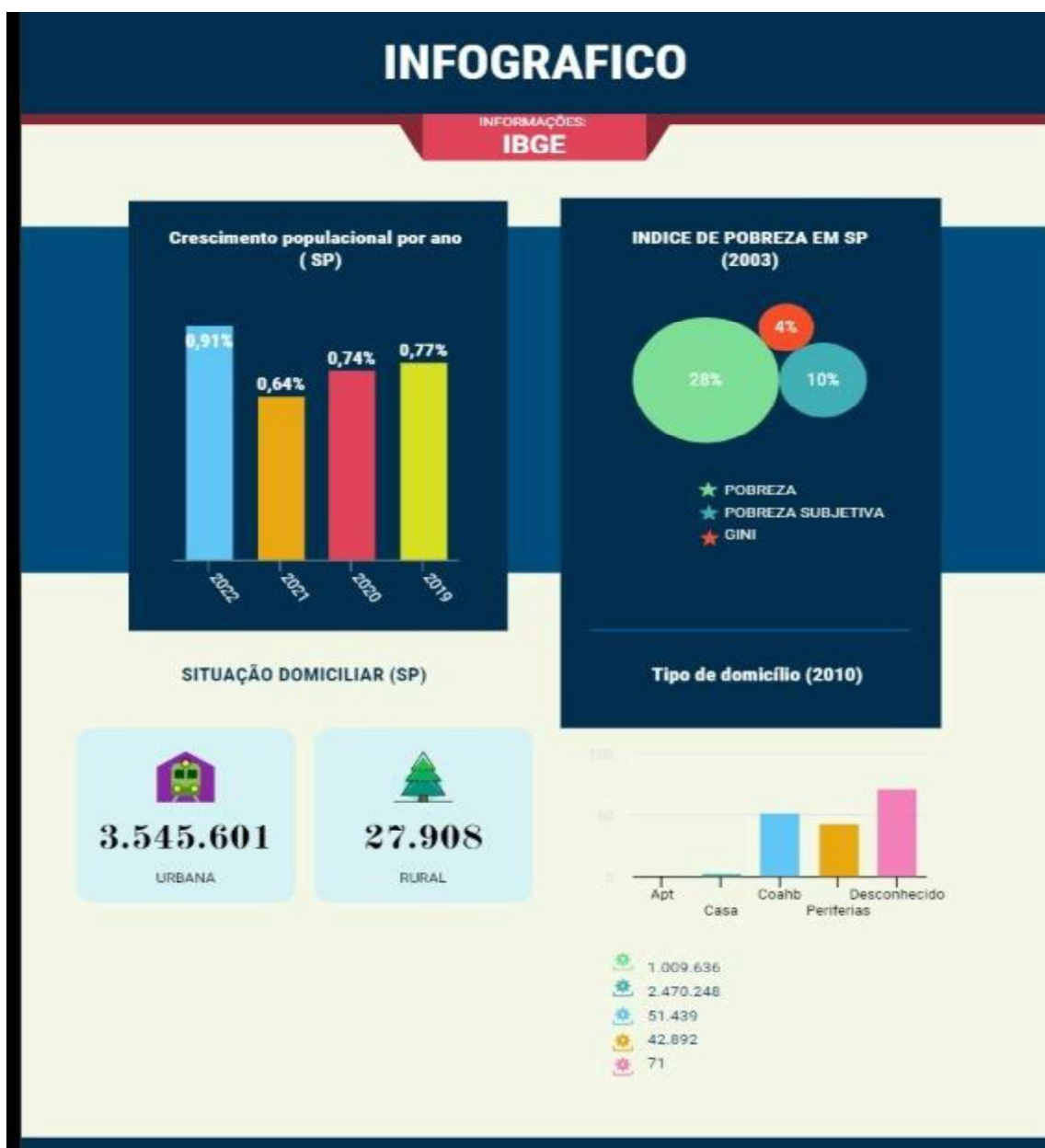
A Lei Municipal 7.485, de 20.07.1998 permite que no caso de construção de casas geminadas, o terreno (imóvel) possa ser subdividido e feita a averbação de cada casa de forma separada, em cada terreno decorrente da subdivisão.

A Lei Municipal 7.485, de 20.07.1998 permite que no caso de construção de casas geminadas, o terreno (imóvel) possa ser subdividido e feita a averbação de cada casa de forma separada, em cada terreno decorrente da subdivisão. 21 de dez. de 2014. As casas geminadas que ficam dentro de um condomínio devem respeitar o Código Civil e não alterar a forma e a cor da fachada, pois

todas elas devem ser iguais. Nesse caso, o único ponto que é possível discutir em assembleia diz respeito às alterações que visam à proteção dos moradores e da propriedade.

#### 4. PESQUISA DE CAMPO E INFOGRÁFICOS

A partir das pesquisas realizadas ao longo do curso, montamos um formulário com algumas perguntas para melhor desenvolvimento do projeto. Segue abaixo as informações obtidas:





# PERIFERIAS?



**16%**

Da população de São Paulo residem nas periferias



**1,28 milhão**

De pessoas de São Paulo pertencem as periferias



**35% e 31%**

mulheres e crianças moram nas ruas



**32 mil**

Censo da população de rua da prefeitura de São Paulo estimou a população de rua.

Matrículas na rede pública



Dados da Pnad 2019

**11 milhões**

de brasileiros são analfabetos



**52%**

a população acima de 25 anos não concluiu o ensino básico.



**80%**

Matrículas na rede pública de SP



**R\$ 27,7 bilhões**

a menos na educação brasileira, caso haja redução de 25% na arrecadação de impostos



**391 mil domicílios**

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

3º DESENHO DE CONSTRUÇÃO CIVIL

## PERGUNTAS DA PESQUISA DE CAMPO:

*Na sua opinião, de que forma os órgãos públicos (governo, prefeitura etc..) podem ajudar a melhorar as periferias?*

## RESPOSTAS:

“Possuindo maior participação dentro das políticas adotadas pelo governo, para que assim os cidadãos possam mais informações, conhecimento e reconhecimento. Com o reconhecimento governamental, há maiores chances de requalificação.”

“Cumprindo o papel para o qual eles foram eleitos foram mais que pagos: melhor qualidade de vida para todos, deixando de lado as regiões nobres que são naturalmente privilegiadas, e trabalhando efetivamente em prol da da precariedade geral das incontáveis regiões abandonadas pelo poder público. Saúde, segurança, transporte coletivo que funcionarão para o alcance de todos também no sentido econômico, creches para todas as crianças sem burocracia das enormes filas de espera, educação pública de qualidade com incentivo a projetos culturais, auxílio e regularização do trabalhador informal, oportunidade real de recolocação no mercado de trabalho. Para que os moradores periféricos tenham condições de gerir sua vida com um trabalho de maneira digna”.

## 5. ENTREVISTA COM PROFISSIONAIS DA ÁREA

### PERGUNTAS:

1. A Lei 11.888/2008 é uma assistência a famílias com renda de até 3 salários-mínimos oferecendo serviços **profissionais de arquitetos e engenheiros** de forma gratuita, e mesmo com esse tipo de serviço gratuito muitos procuram profissionais não qualificados. Você como **arquiteto** ou **engenheiro** acredita que possui uma grande falta de atenção dos órgãos públicos dentro das periferias em relação às moradias precárias?
2. Sendo um projeto mais acessível pensamos em reduzir ao máximo o valor final da construção, sendo assim qual seria o **sistema construtivo** mais indicado para casas **geminadas**?

3. Quais outras maneiras podemos utilizar para reduzir os **custos**?
4. Na sua opinião, a proposta de realizar construções de casas Geminadas para pessoas de baixa renda é uma alternativa positiva para a **diminuição dos índices de desigualdade social**.
5. Você como profissional da área, acha **interessante** nossa proposta? Qual caminho devemos seguir neste projeto?

## **RESPOSTAS:**

### **Entrevistado 1)**

Sim, falta atenção e cuidado com as moradias na periferia, para redução de custos, o mais indicado é alvenaria estrutural. Desenvolvimento e cálculo adequado de materiais, armazenamento adequado no canteiro de obras, redução máxima de entulhos e até a instrução da população para que a mesma possa auxiliar na construção das moradias, barateando a mão de obra.

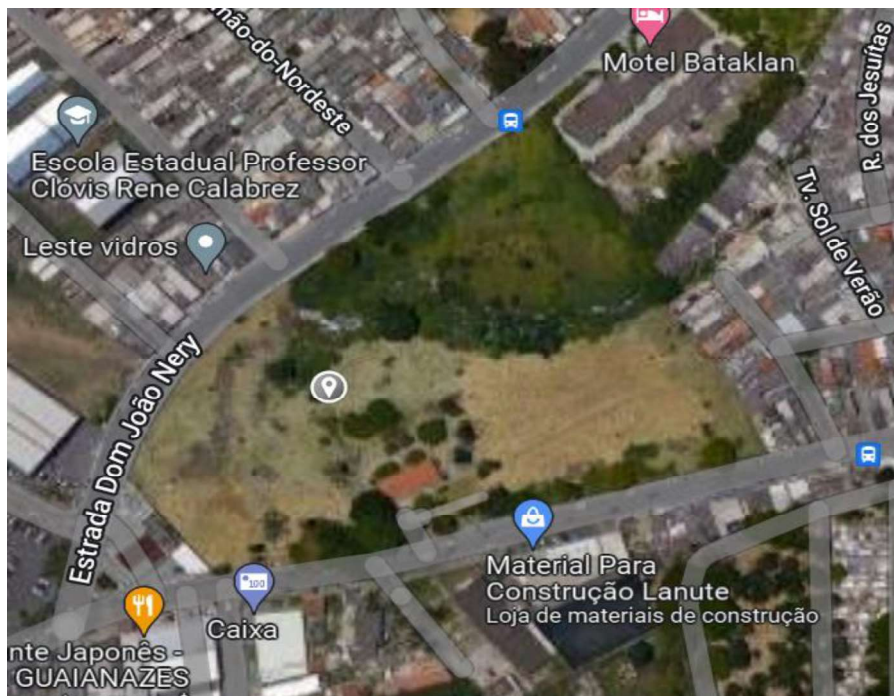
Além de novas residências para população, é preciso regularizar aqueles imóveis que estão abandonados e poderiam ser destinados a moradias populares também. Mas a criação de casas geminadas na periferia é uma opção viável. A construção de casas com materiais acessíveis e baratos, com aquecimento solar para ajudar na economia de energia, reutilização de águas pluviais para auxiliar na limpeza da residência e na diminuição do consumo de água, o tratamento correto dos esgotos, criação de espaços verdes que ajudem a promover a absorção da água e evitar focos de alagamentos.

### **Entrevistado 2)**

Alternativa de baixo custo para construção desta residência Bloco estrutural para construção, baixo custo e facilidade de construção podendo incentivar a autoconstrução dando treinamento e capacitação dos envolvidos tendo ajuda dos futuros moradores dessas residências. Tem uma diminuição na estrutura, pois os blocos estruturais são autoportantes tendo uma estrutura mais simples com baldrame e radier. É importante garantir que tenha um isolamento acústico mesmo se tratando de casas geminadas. Se o bloco estrutural for fabricado em uma escala maior é sem dúvidas uma excelente alternativa.

## 6. DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

### 6.1 RELATÓRIO DE VISITA PRÉVIA



**Endereço:** Rua José Gravonski, 1229 -Jardim Robru, São Paulo – SP, CEP: 08441-85

O terreno é localizado em uma área residencial na Cidade de São Paulo, com vegetação arbustiva formada por plantas de porte rasteiro não contendo nenhuma árvore ou planta protegida por lei. Possui uma ótima localização próximo de mercados e hospitais em caso de qualquer emergência ou necessidade, também contém uma escola estadual do ensino fundamental até o médio.

PARÂMETROS DE OCUPAÇÃO – QUADRO 3 DA LEI Nº 16.402/2016	
Descrição	Valor
ZONA DE USO (a)	ZEIS-2
COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO MÍNIMO	0,50
COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO BÁSICO	1
COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO MÁXIMO (m)	4 (f)
TAXA DE OCUPAÇÃO MÁXIMA - para lotes até 500 m <sup>2</sup>	0,85
TAXA DE OCUPAÇÃO MÁXIMA - para lotes igual ou superior a 500 m <sup>2</sup>	0,70
GABARITO DE ALTURA MÁXIMA (metros)	NA
RECUO MÍNIMO - FRENTE (i)	5
RECUO MÍNIMO - FUNDOS E LATERAIS: Altura menor igual a 10m	NA
RECUO MÍNIMO - FUNDOS E LATERAIS: Altura superior a 10m	3 (j)
COTA PARTE MÁXIMA DE TERRENO POR UNIDADE (m <sup>2</sup> )	NA



## 6.2 PROGRAMA DE NECESSIDADES

### Setor Social:

- Sala de jantar: 21.9m<sup>2</sup>
- Sala de estar: 20.40m<sup>2</sup>
- Lavabo: 2.64m<sup>2</sup>
- Sala de jantar: 21.9m<sup>2</sup>

### Setor de Serviço:

- Sala de jantar e Cozinha: 21.9m<sup>2</sup>
- Lavanderia: 5 m<sup>2</sup>
- Sala de jantar: 21.9m<sup>2</sup>

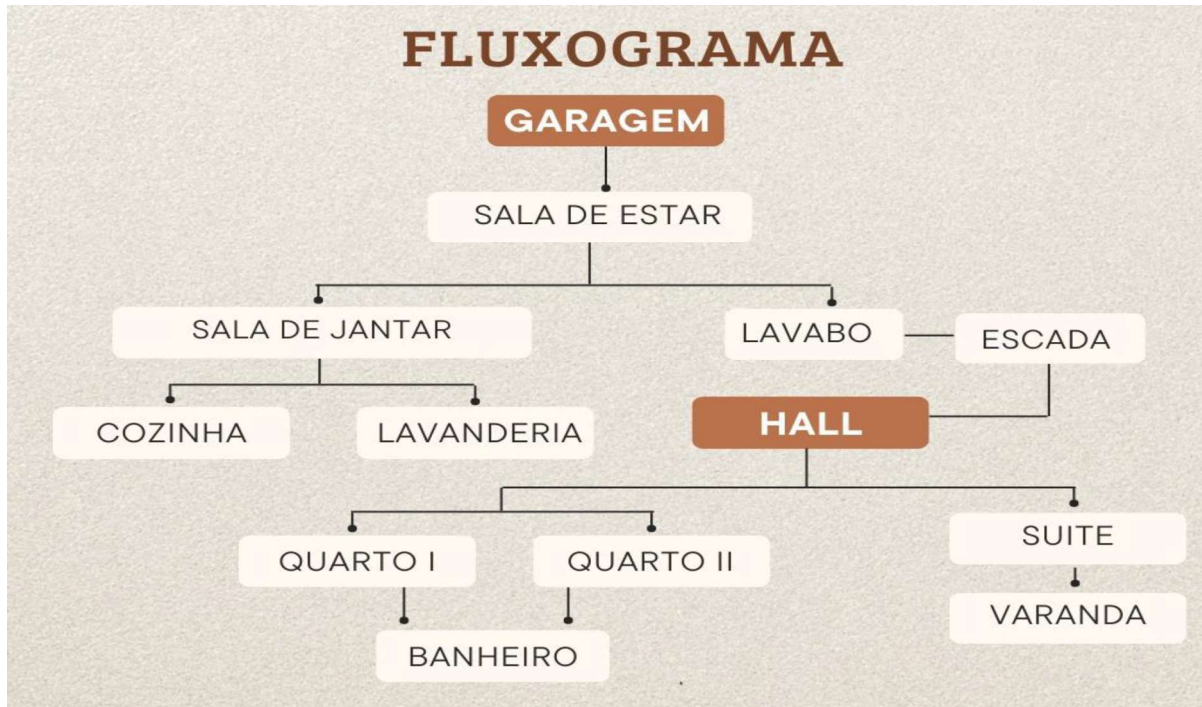
### Setor Íntimo:

- Quarto do filho I: 7.69m<sup>2</sup>
- Quarto do filho II: 10.85m<sup>2</sup>
- Banheiro suíte: 3.84m<sup>2</sup>
- Suíte do casal: 30.72m<sup>2</sup>

## 6.3 ORGANOGRAMA E FLUXOGRAMA

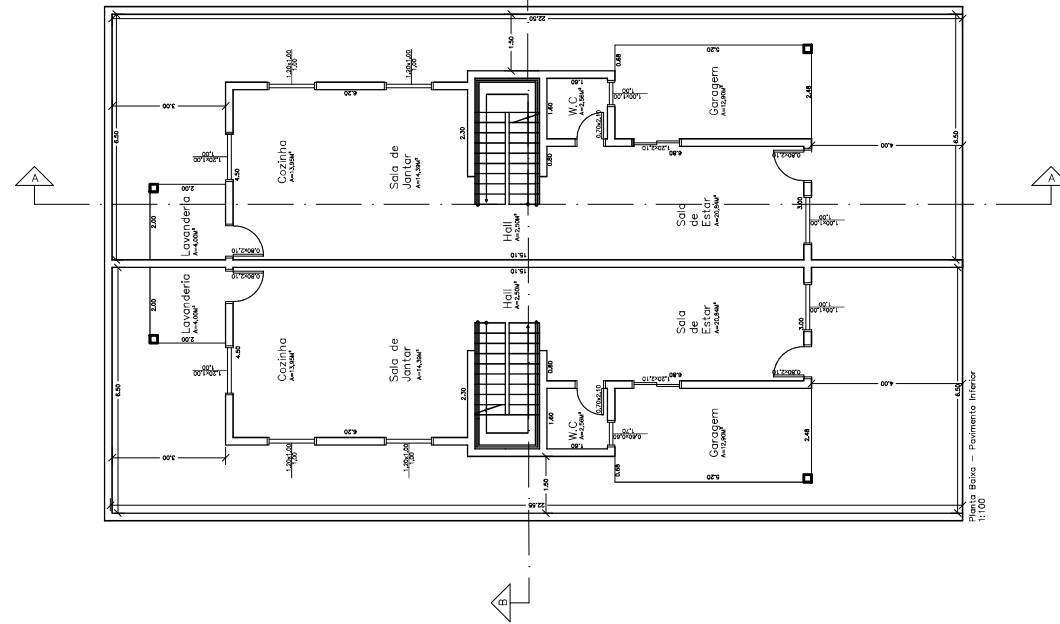
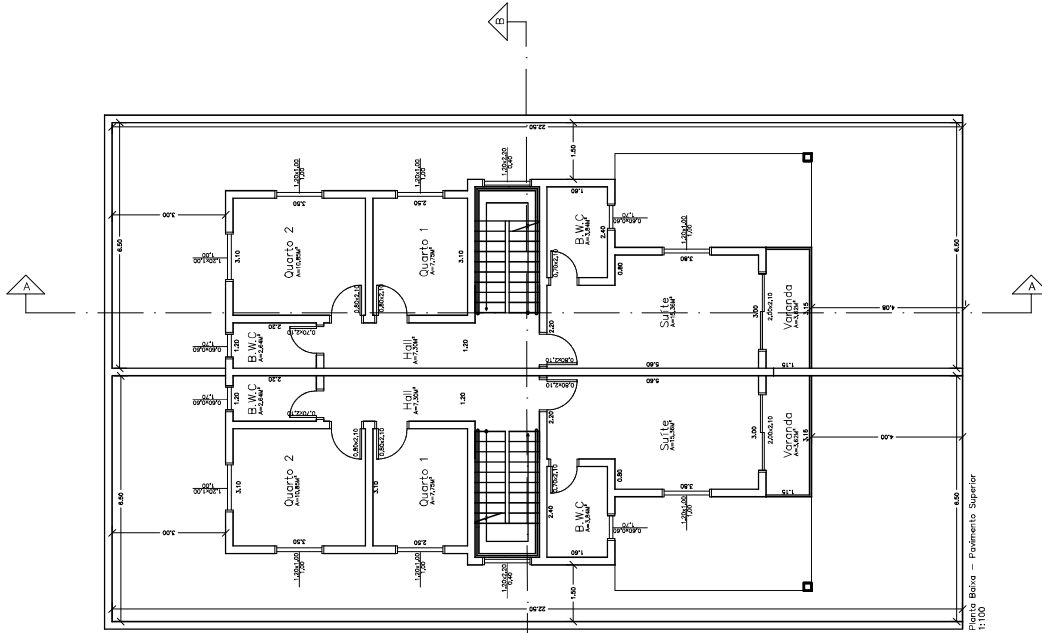


O Organograma é a relação da setorização com o programa de necessidades.

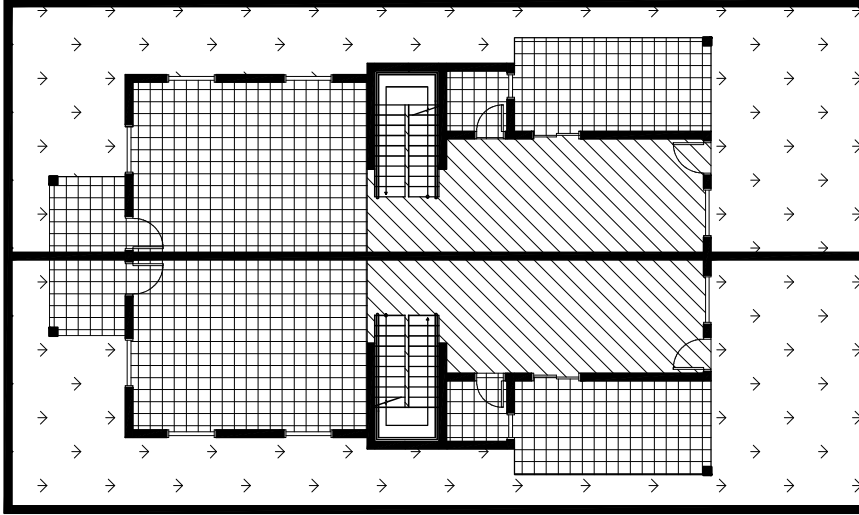


O fluxograma apresenta a disposição dos comodos da residência.

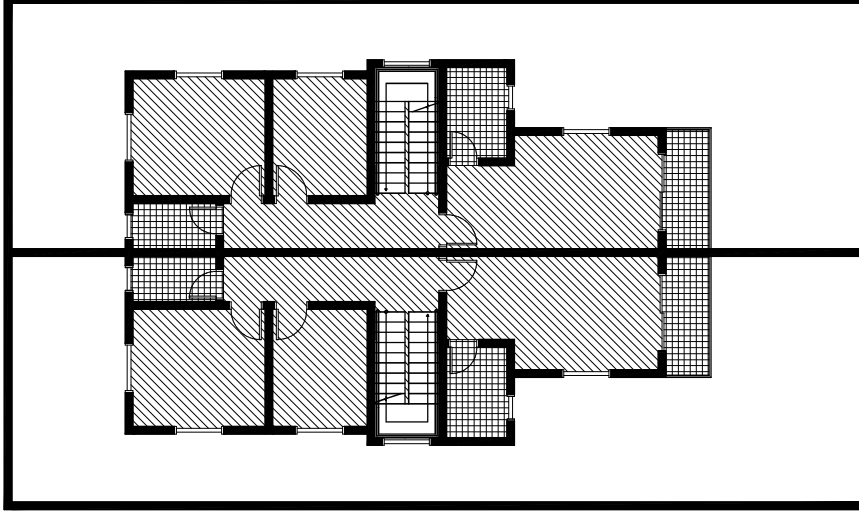




URBAN HOUSE	CLIENTE:	ALEX SANDRO	ESCOLA:	EETEC ITAQUERA II
URBAN HOUSE	PROJETISTA/DESENHISTA:	URBAN HOUSE	PROFESSOR - MATERIA:	PROF. - APARECIDA TOMIOKA
URBAN HOUSE	VERIFICADOR/APROVADOR:	URBAN HOUSE	TIPO:	PROJETO GRÁFICO FINALIZADO
URBAN HOUSE	RESPONSÁVEL TÉCNICO:	TÉC. CONSTRUÇÃO CIVIL	TÍTULO/SUBTÍTULO:	PLANTA BAIXA
URBAN HOUSE	EMISSÃO:	08/12/2022	NUMERO DO PROCESSO:	ABC-123456789
URBAN HOUSE	ESCALA:	1:100	FOLHA:	02 DE 11

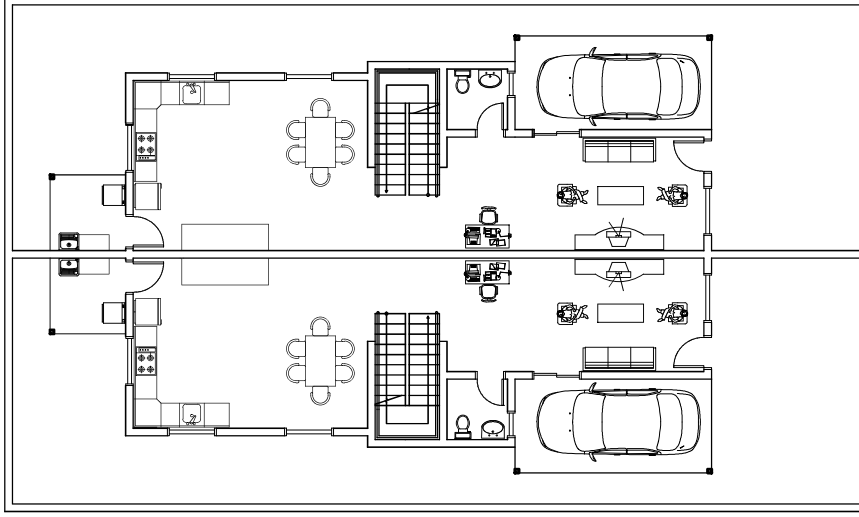


Pavimento Inferior  
1:100

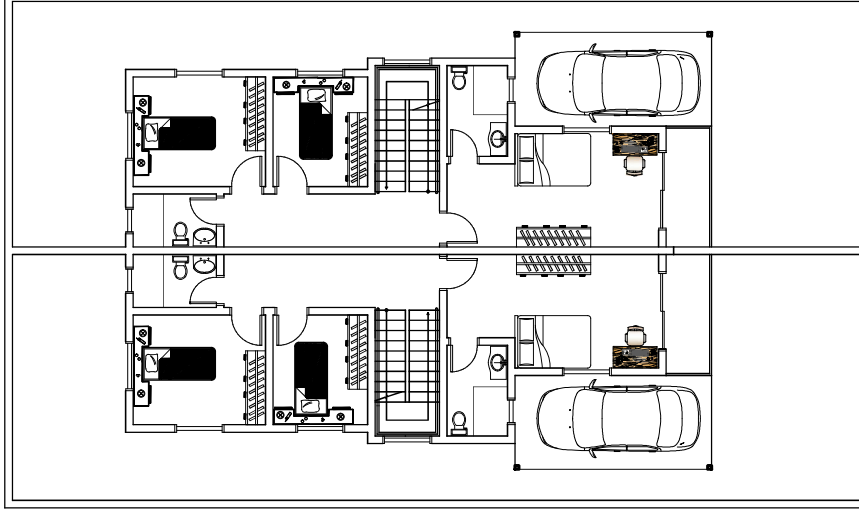


Pavimento Superior  
1:100

<b>URBAN HOUSE</b>		CLIENTE:	ALEX SANDRO	ESCOLA:	ETEC ITAQUERA II
		PROJETISTA/DESENHISTA:	URBAN HOUSE	PROFESSOR - MATERIA:	PROF. APARECIDA TOMIOKA
		VERIFICADOR/APROVADOR:	URBAN HOUSE	TIPO:	PROJETO GRÁFICO FINALIZADO
		RESPONSÁVEL TÉCNICO:	URBAN HOUSE	TÍTULO/SUBTÍTULO:	PLANTA BAIXA
		EMISSÃO:	08/12/2022	STATUS:	PAGINAÇÃO
		ESCALA:	1:100	NÚMERO DO PROCESSO:	ABC-123456789
				FOLHA:	03 DE 11

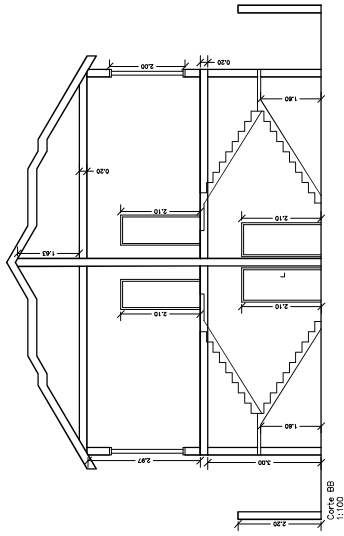


Layout - Pavimento Inferior  
1:100

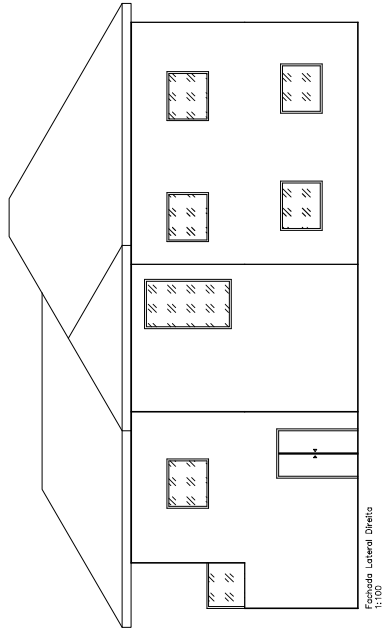


Layout - Pavimento Superior  
1:100

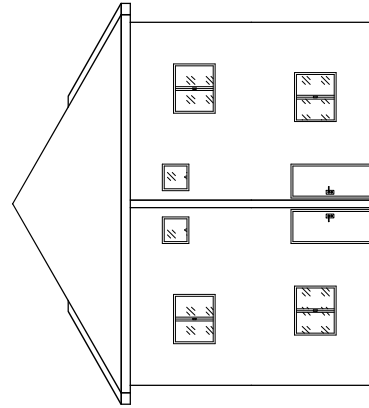
URBAN HOUSE		CLIENTE:	ALEX SANDRO	ESCOLA:	EETEC ITAQUERA II
		PROJETISTA/DESENHISTA:	URBAN HOUSE	PROFESSOR - MATERIA:	PROF. APARECIDA TOMIOKA
		VERIFICADOR/APROVADOR:	URBAN HOUSE	PROJETO GRÁFICO	STATUS: FINALIZADO
		RESPONSÁVEL TÉCNICO:	URBAN HOUSE	TÍTULO/SUBTÍTULO	PLANTA BAIXA
		URBAN HOUSE	TÉC. CONSTRUÇÃO CIVIL		PLANTA DE LAYOUT
		URBAN HOUSE	CFT N.º: 123456789		
		URBAN HOUSE	ESCALA:	NÚMERO DO PROCESSO:	FOLHA:
		URBAN HOUSE	1:100	ABC-123456789	04 DE 11
		URBAN HOUSE			08/10/2022



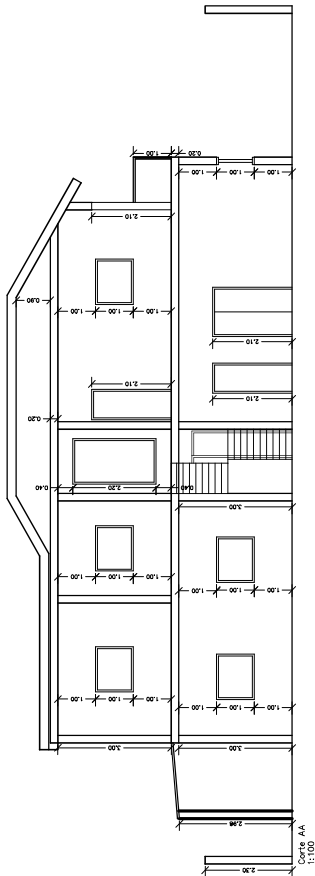
Corte BB  
1:100



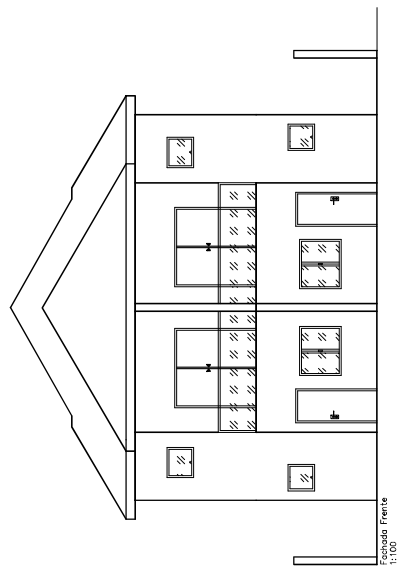
Fachada Lateral Derecha  
1:100



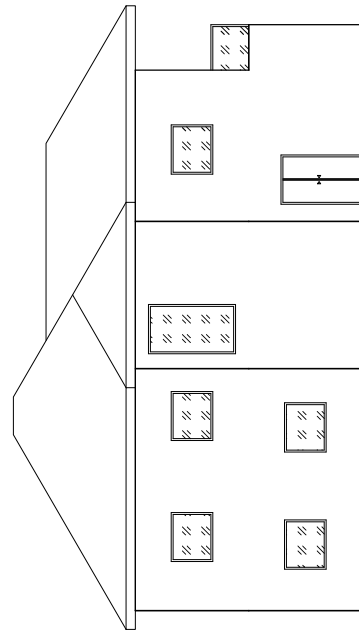
Fachada Frente  
1:100



Corte AA  
1:100

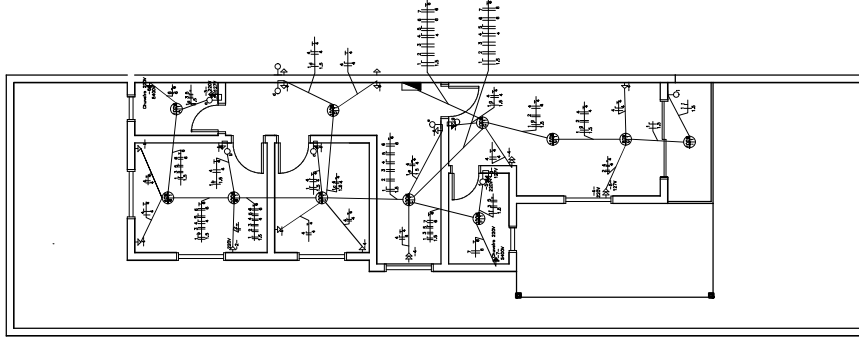
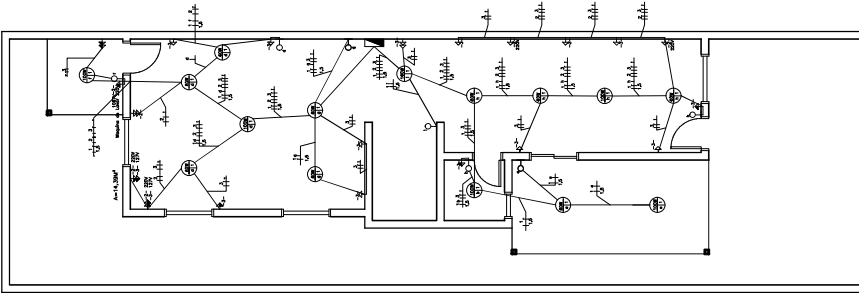


Fachada Lateral Izquierda  
1:100



Fachada Lateral Esquerra  
1:100

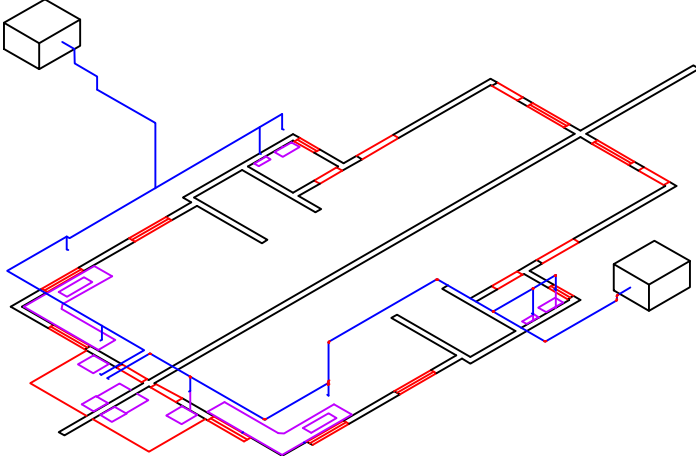
URBAN HOUSE	CLIENTE:	ALEX SANDRO	ESCOLA:	ETEC ITAQUERA II
PROYECTISTA/DESENHISTA:	URBAN HOUSE	PROFESOR - MATERIA:	PROF. APARECIDA TOMIOKO	
VERIFICADOR/APROVADOR:	URBAN HOUSE	PROYECTO GRÁFICO	STATUS:	FINALIZADO
RESPONSABLE TÉCNICO:	URBAN HOUSE	TÍTULO/SUBTÍTULO	PLANTAS	
EMISIÓN:	08/12/2022	TÉC. CONSTRUCCIÓN CIVIL	CORTES - FACHADAS	
		CFT N°: 123456789	ESCALA:	1:100
		ESCALA:	1:100	FOLIA:
				ABC-123456789
				05 DE 11




URBAN HOUSE		CLIENTE:	ALEX SANDRO	ESCOLA:	Etec Itaquera II
URBAN HOUSE		PROJETISTA/DESENHISTA:	URBAN HOUSE	PROFESSOR - MATERIA:	PROF. APARECIDA TOMIOKA
URBAN HOUSE		VERIFICADOR/APROVADOR:	URBAN HOUSE	TIPO:	PROJETO GRAFICO
URBAN HOUSE		RESPONSÁVEL TÉCNICO:	URBAN HOUSE	TÍTULO/SUBTÍTULO:	STATUS: FINALIZADO
URBAN HOUSE		EMISSÃO:	08/12/2022	TÍTULO/SUBTÍTULO:	PLANTA BAIXA
URBAN HOUSE		ESCALA:	1:100	NUMERO DO PROCESSO:	ABC-123456789
URBAN HOUSE		ESCALA:	1:100	FOLHA:	06 DE 11

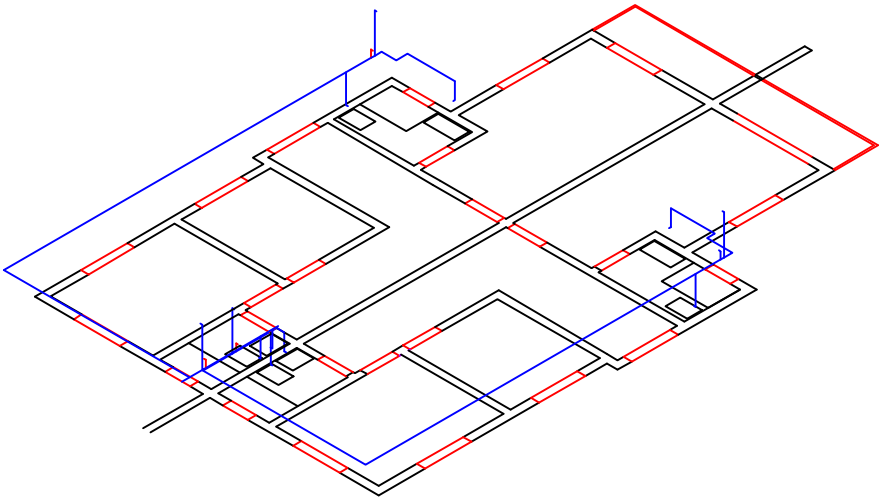



TERREO

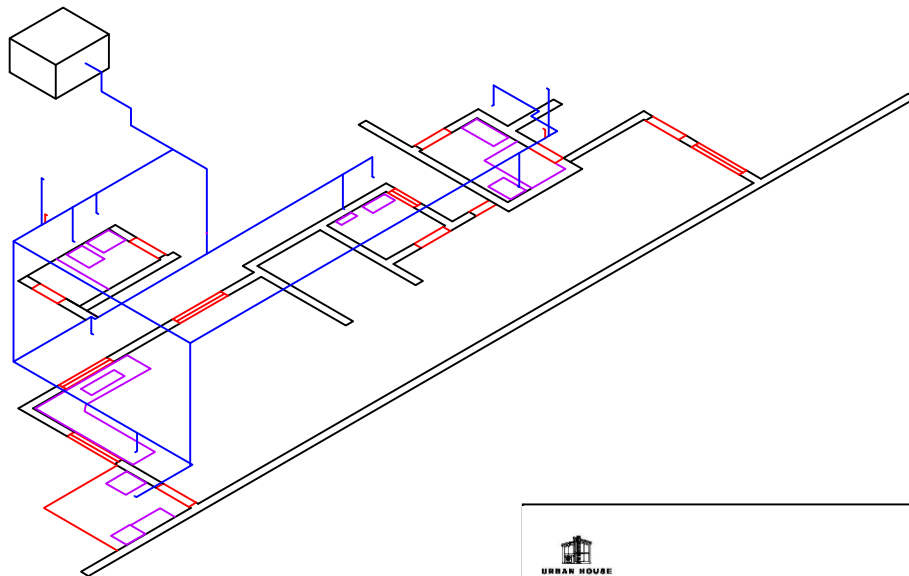


	
<b>Urban House</b>	
R. DOUTOR JOSE GRAVONSKI-1229	ALEX SANDRO
PLANTA HIDRAULICA	DATA:08/12/2022
URBAN HOUSE	ESCALA: 1:50
RESP. T�C.:	VERS�O: 001
CFT: XXXXXXXX-SP	DATA DE REVIS�O:08/12/2022
<b>FOLHA 07/11</b>	

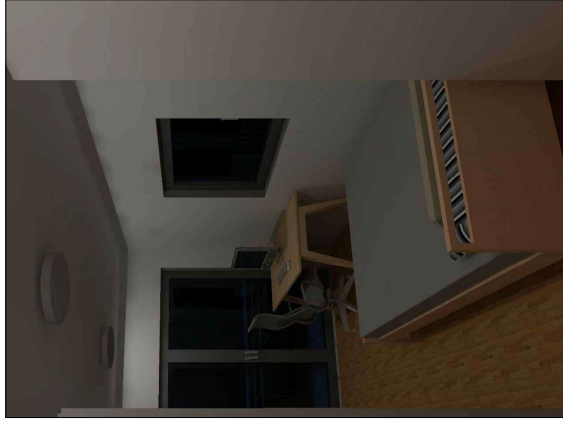
# PAVIMENTO SUPERIOR



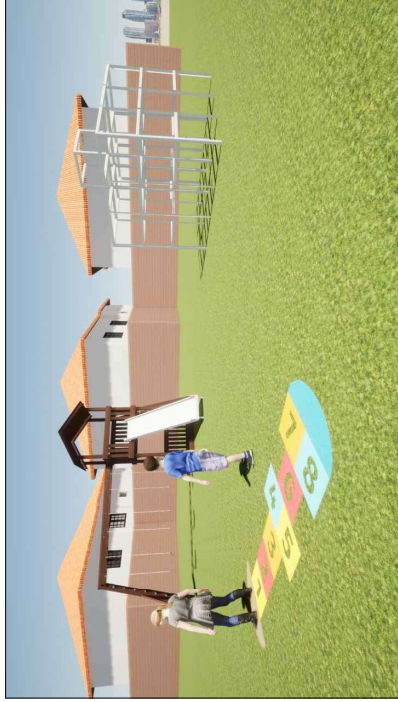
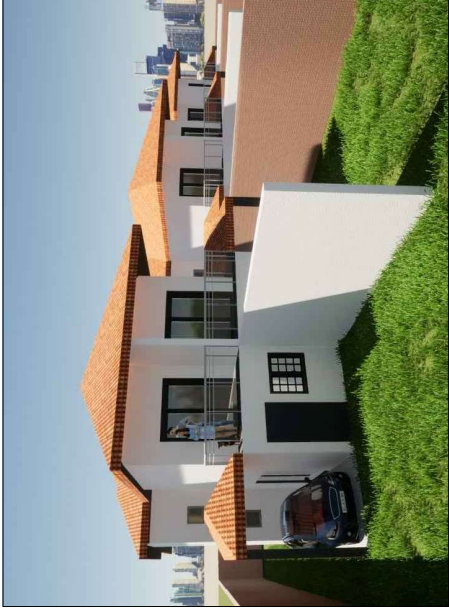
	
<b>Urban House</b>	
R. DOUTOR JOSE GRAVONSKI-1229	ALEX SANDRO
PLANTA HIDRAULICA	DATA:08/12/2022
URBAN HOUSE	ESCALA: 1:50
RESP. T�C.:	VERSÃO: 001
CFT: XXXXXXXX-SP	DATA DE REVISÃO:08/12/2022
<b>FOLHA 08/11</b>	



<b>Urban House</b>		<b>FOLHA 09/11</b>
R. DOUTOR JOSE GRAVONSKI-1229	ALEX SANDRO	
PLANTA HIDRAULICA	DATA:08/12/2022	
URBAN HOUSE	ESCALA: 1:50	
RESP. T�C.:	VERSÃO: 001	
CFT: XXXXXXXX-SP	DATA DE REVISÃO:08/12/2022	



URBAN HOUSE	CLIENTE: ALEX SANDRO	ESCOLA: ETEC ITAQUERA II
PROJETISTA/DESENHISTA: URBAN HOUSE	PROFESSOR - MATERIA: PROF. APARECIDA TOMIOKO	
VERIFICADOR/APROVADOR: URBAN HOUSE	TIPO: PROJETO GRÁFICO	STATUS: FINALIZADO
RESPONSÁVEL TÉCNICO: URBAN HOUSE	TÍTULO/SUBTÍTULO: URBAN HOUSE	FOTOS
EMISSÃO: 08/12/2022	TÉC. CONSTRUÇÃO CIVIL: URBAN HOUSE	VISTAS INTERNAS
	CFT N°: 123456789	
	ESCALA: 1:100	NÚMERO DO PROCESSO: ABC-123456789
		FOLHA: 10 DE 11
		MENTÃO:



<b>URBAN HOUSE</b>		CLIENTE:	ALEX SANDRO	ESCOLA:	ETEC ITAQUERA II
		PROJETISTA/DESENHISTA:	URBAN HOUSE	PROFESSOR - MATERIA:	PROF. APARECIDA TOMIOKO
		VERIFICADOR/APROVADOR:	URBAN HOUSE	TIPO:	PROJETO GRÁFICO
		RESPONSÁVEL TÉCNICO:	URBAN HOUSE	TÍTULO/SUBTÍTULO	FINALIZADO
		EMISSÃO:	08/12/2022	SEM ESCALA	FOTOS
		ESCALA:		TÉC. CONSTRUÇÃO CIVIL	VISTAS EXTERNAS
		CFT N.º:	123456789	ESCALA:	ABC-123456789
		NUMERO DO PROCESSO:		ESCALA:	11 DE 11
		EMISSÃO:		ESCALA:	11 DE 11

<b>Tipos de Serviços</b>	<b>Valor</b>
<b>Compra do Terreno</b>	R\$ 4.312.000,00
<b>Serviços Preliminares</b>	
Limpeza do Terreno	
Entrada Provisória de Água e Luz	R\$ 531.225,93
Capote	
Locação da Obra	
<b>Movimentação de Terra</b>	
Escavação Manual das Valas	R\$ 898,92
<b>Fundação</b>	
Forma	
Armação	R\$ 13.179,96
Concretagem	
<b>Estrutura em Concreto Armado</b>	
Forma	
Armação	R\$ 210.501,18
Concretagem	
<b>Laje Pré-Fabricada</b>	
Laje Pré-Moldada	
Armação	R\$ 44.347,50
Concretagem	
<b>Impermeabilizações</b>	
Impermeabilização de calhas/Lajes	R\$ 8.766,00
Impermeabilização de Superfície com Revestimento	
<b>Alvenaria</b>	
Construção da Alvenaria	R\$ 36.507,47
<b>Revestimento de Parede</b>	
Chapisco	
Imboço	R\$ 27.420,68
Aplicação de Gesso	
Aplicação de Revestimento Cerâmico	
<b>Piso</b>	
Contrapiso	R\$ 11.511,60
Aplicação de Revestimento Cerâmico	
<b>Esquadrias</b>	
Panela de Alumínio	R\$ 17.517,50
Kit de Porta de Madeira	
<b>Instalações Hidráulicas</b>	
Instalações Hidráulicas	R\$ 13.998,46
<b>Instalações Elétricas</b>	
Instalações Elétricas	R\$ 14.698,39
<b>Pintura Interna e Externa</b>	
Aplicação de Tinta Látex	R\$ 4.389,60
Aplicação de Tinta Acrílica	
<b>Cobertura</b>	
Aplicação de Pontalete	
Lufo em Chapa de Aço Galvanizado	R\$ 25.309,90
Revestimento com Telha Cerâmica	

Malha em Chapa de Aço Galvanizado	
<b>Limpeza final da Obra</b>	R\$ 1.320,00
Limpeza final da Obra	
<b>Total</b>	R\$ 5.273.593,10

## 7 CONCLUSÃO

Quando iniciamos este trabalho, a nossa intenção era apenas trazer mais uma alternativa de moradia para a população menos favorecida. No entanto, quando estávamos desenvolvendo o projeto percebemos que o nosso objetivo não seria somente ampliar as redes de moradias que já existem.

Foi preciso mudar a direção de como estamos enxergando o projeto, então fomos conversar e entender o olhar dessas famílias que tem uma vida considerada diferente, que muitas das vezes não sabem se vão ter um lugar pra dormir no dia seguinte.

Logo o projeto deixou de ser exclusivamente sobre casas e tornou-se sobre pessoas que precisam de um lar digno, para construir uma família, para educar seus filhos e até mesmo para mudar de vida.

Quando pensarmos em mudar vidas e realizar sonhos vamos lembrar da Urban House, não como um simples projeto, mas sim como pessoas que tem por objetivo ajudar as famílias das periferias a se sentirem incluídas na sociedade.



## 8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**PLANALTO. Medida Provisória 1.091. PLANALTO** 30 de Dezembro de 2021. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2021/Mpv/mpv1091.htm#:~:text=1%C2%BA%20A%20partir%20de%201%C2%BA,e%20duzentos%20e%20doze%20reais](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Mpv/mpv1091.htm#:~:text=1%C2%BA%20A%20partir%20de%201%C2%BA,e%20duzentos%20e%20doze%20reais)). Acessado em 16 setembro de 2022

**MINISTÉRIO DA CIDADANIA. Famílias inscritas no cadastro único em situação de extrema pobreza. VIS DATA** Dezembro de 2021. Disponível em: [https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/v.php?q\[\]=oNOclsLerpibuKep3bV%2Bf2hh05Kv2rmg2a19ZW51ZXKmaX6JaV2Jk2Cab2CNrMmim66Wp9hphH6WkLjFbtCen9DgiJqdtKiftHSzr6OgvJxu3bKg2cGuof%2F1oaParG23paC605zenqZ96bxUf6mZm%2Bytv71X8PHPnM2sU8LobaelvKqbPOAQ8aZNu8ZTz7Wnz%2BC6lVy4pJzrnsevs52S&ag=m&codigo=355030](https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/v.php?q[]=oNOclsLerpibuKep3bV%2Bf2hh05Kv2rmg2a19ZW51ZXKmaX6JaV2Jk2Cab2CNrMmim66Wp9hphH6WkLjFbtCen9DgiJqdtKiftHSzr6OgvJxu3bKg2cGuof%2F1oaParG23paC605zenqZ96bxUf6mZm%2Bytv71X8PHPnM2sU8LobaelvKqbPOAQ8aZNu8ZTz7Wnz%2BC6lVy4pJzrnsevs52S&ag=m&codigo=355030) Acessado em 20 de setembro de 2022

**SILVA. Keli de Oliveira. A periferização causada pela desigual urbanização brasileira.** 11. ed. Paraná: Maringá Revista Urutágua. 2007. Disponível em: <http://www.urutagua.uem.br/011/11silva.htm#:~:text=A%20periferia%20surge%20quando%20ocorre,e%20desprovidas%20de%20infra%20estrutura>. Acessado em 6 de agosto de 2022.

**IBGE. Aglomerados Subnormais. IBGE.** 19 de Maio de 2020. Disponível em: [https://geoftp.ibge.gov.br/organizacao\\_do\\_territorio/tipologias\\_do\\_territorio/aglomerados\\_subnormais/resultados\\_preliminares\\_2019/base\\_grafica\\_20200519\\_110000.zip](https://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/tipologias_do_territorio/aglomerados_subnormais/resultados_preliminares_2019/base_grafica_20200519_110000.zip)

**PERILO. Bruna. Favela: o que é, origem do termo, características e estereótipos.** Conhecimento Científico, 4 de abril de 2020. Disponível em: <https://conhecimentocientifico.com/favela/>.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Aumento do número de favelas no Brasil é reflexo da desigualdade crescente, afirma Denise Morado.** Universidade Federal de Minas Gerais, 18 de outubro de 2021. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/aumento-do-numero-de-favelas-no-brasil-e-reflexo-da-desigualdade-crescente-afirma-denise-morado>. Acessado 6 de agosto de 2022.

**CNN BRASIL. Cerca de 8% da população brasileira mora em favelas, diz Instituto Locomotiva.** CNN Brasil 4 de novembro de 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/cerca-de-8-da-populacao-brasileira-mora-em-favelas-diz-instituto-locomotiva/>. Acessado 6 de agosto de 2022.

**INSTITUTO POLIS. O que é Direito à Cidade?** Instituto Pólis, 2020. Disponível em: <https://polis.org.br/direito-a-cidade/o-que-e-direito-a-cidade/>. Acessado 6 de agosto de 2022.

**SILVA, Ireuda. Moradia digna: direito básico e essencial e dever do Estado.** Nexo Jornal, 22 de Outubro de 2021. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/colunistas/tribuna/2021/Moradia-digna-direito-b%C3%AAsico-e-essencial-e-dever-do-Estado#:~:text=A%20luta%20por%20moradia%20digna,%2C%20trabalho%2C%20lazer...>

**CDHU. O que é CDHU?.** CDHU 21 de julho de 2020, Disponível em: <https://cdhu.net/o-que-e-cdhu-2022>.

**ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL. Vila Operária da Gamboa, Rio de Janeiro.** Enciclopédia Itaú Cultural, última atualização: 27 de outubro de 2022. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra35657/vila-operaria-da-gamboa-rio-de-janeiro>.

**OLIVEIRA. Andreia. Novo código florestal brasileiro – construção de obras próximas a cursos d’água (15m ou 30m) Cursos CPT.** Disponível em: <https://www.cpt.com.br/codigo-florestal/novo-codigo-florestal-brasileiro-construcao-de-obras-proximas-a-cursos-dagua-15m-ou-30m>